

## A REFORMA EDUCACIONAL DO PARAGUAI EM 1994: PERSPECTIVA DE UMA GESTORA EDUCACIONAL<sup>1</sup>

JOSIANE PERES GONÇALVES

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Naviraí, Mato Grosso do Sul, Brasil

CASSIANE DUARTE SALINOS

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Naviraí, Mato Grosso do Sul, Brasil

VALDELICE CRUZ DA SILVA SOUZA

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil

---

**RESUMO:** Essa pesquisa teve por objetivo analisar o contexto histórico e político que resultou na reforma educacional do Paraguai, ocorrida em 1994, a fim de melhor entender a educação paraguaia na atualidade, destacando as mudanças ocorridas a partir da reforma mencionada. A pesquisa empírica foi realizada, por meio da gravação de entrevista, como uma profissional, aqui identificada como Gestora PY, que atuou ativamente no processo de reforma educacional do Paraguai na década de 1990. Os resultados evidenciam que não houve retrocessos e sim avanços, pois o Ministério da Educação e Ciência (MEC) buscou elaborar novas estratégias e criar condições para que os professores tivessem acesso a formação e pudessem trabalhar no sentido de priorizar a qualidade do ensino e, sobretudo, de contribuir com a consolidação da democracia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Reforma da Educação; Democracia; Educação Paraguuaia.

---

### INTRODUÇÃO

O presente estudo, financiado pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul (FUNDECT), trata das relações de gênero entre os profissionais da educação no Brasil e no Paraguai, mas durante o processo de pesquisa bibliográfica e empírica, surgiu a necessidade de entender o contexto social e educacional paraguaio, com ênfase para a reforma da educação ocorrida em 1994.

Ao abordar sobre a reforma da educação paraguaia, Rivarola (2000, p. 15) destaca que “Desde 1991, a reforma educacional vem se desenvolvendo com continuidade, embora com altos e baixos periódicos. Ao longo de seu percurso são vários os atores que dela participaram com diferentes graus de intensidade, significado e contribuições” (tradução nossa e os textos originais estão em notas de rodapé)<sup>2</sup>. O autor acrescenta que “A identificação de tais atores, suas características e interesses são de singular importância no rumo que a reforma educacional tomou, seu ritmo de progressão e grau de aprofundamento”<sup>3</sup>.

Quanto ao contexto político e social do Paraguai durante o período da reforma educacional, ocorrida em 1994, Rivarola (2000) ressalta que se tratava de um cenário

autoritário e a ideia de democratização permeou toda a proposta de mudança. Assim ele analisa:

Diferentemente da maioria dos países da região que lançaram processos de reforma educacional nas últimas décadas, o caso paraguaio se destaca pelo fato de que essa iniciativa ocorreu no contexto de um longo ciclo autoritário. Nesse contexto, a ideia de democratização teve forte presença tanto na construção de um novo sistema educacional quanto no papel central que a sociedade atribuiu à educação no sentido de fortalecer o processo de institucionalização democrática e a formação de uma nova cidadania<sup>4</sup> (Rivarola, 2000, p. 5).

Com base nos ideais democráticos e de formação para uma “nova cidadania”, um dos pilares fundamentais da reforma educacional do Paraguai, na década de 1990, foi a formação de valores, voltada para o desenvolvimento de habilidades humanas, necessárias para a atuação profissional num contexto de globalização, como enfatiza Rivarola (2000):

Nessa ordem, um dos eixos centrais da reforma educacional paraguaia foi o da educação em valores, que reflete claramente seu objetivo de fortalecer uma cultura democrática e uma capacidade de assumir com suficiente competência as exigências que surgem da crescente globalização. Nessa ordem, a reforma paraguaia insiste igualmente em alcançar uma educação que permita a cada cidadão adquirir a competência para ingressar no mundo do trabalho em mudança e complexo<sup>5</sup> (Rivarola, 2000, p. 5).

Ademais, Rivarola (2000) considera que a partir da reforma da educação paraguaia, o desenvolvimento educacional foi visto como a predominância da universalização da educação primária e progresso em direção a níveis mais altos de educação secundária.

Cabe mencionar que as primeiras iniciativas estabelecidas no país para iniciar a reforma educacional de 1994 estão relacionadas com a análise diagnóstica do cenário educativo existente. Dessa forma, destaca-se:

[...] a responsabilidade que o Ministério da Educação atribuiu ao Instituto de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Harvard (HIID) e ao Centro Paraguaio de Estudos Sociológicos (CPES) para a realização de um diagnóstico sobre a situação da educação paraguaia e, posteriormente, a elaboração de uma proposta de políticas para iniciar uma reforma. (Roesler, 2017, p. 146).

O trabalho diagnóstico foi importante, pois obteve registros sobre as altas taxas de analfabetismo, de evasão escolar e de repetência no país, além de identificar outros problemas, como: estrutura precária nos espaços escolares; fragilidades dos programas

de formação docente; e necessidade de atender as características linguísticas de uma educação bilingue que adotasse o guarani e o castelhano nos espaços escolares, em decorrência da formação cultural daquela nação. Logo, o diagnóstico realizado apontou para a necessidade de ajustar o recurso orçamentário do setor e organizar a estrutura administrativa do Ministério da Educação (Roesler, 2017).

A reforma educacional do Paraguai, com base no diagnóstico realizado, privilegiou o aumento do público escolar e a expansão do sistema educacional no território nacional, em detrimento da redução das desigualdades no desempenho da educação. Porém, para Sandoval (2012, p. 59), “o aumento do número de indivíduos que acessam o sistema educacional escondeu o problema da qualidade de ensino e as desigualdades do desempenho entre as classes sociais<sup>6</sup>”. O autor ainda acrescenta: “isso nos leva a questionar a pertinência de mudanças institucionais diante das condições sociais para a educação, semelhantes às que vigoraram durante o regime político autoritário<sup>7</sup>”. Em outros termos, a democracia, que é uma das principais dimensões da reforma educacional, aparece como um postulado abstrato, apontado como um valor para o currículo, mas que, na prática, tem poucas raízes entre os diferentes grupos sociais, sobretudo para a população que mais depende da educação, como forma de melhoria de vida (Sandoval, 2012).

Entretanto, a transição democrática, que foi iniciada no ano de 1989, ofereceu um contexto favorável e necessário para a renovação do marco legal da educação, o que levou a permitir debates sobre a democratização da educação no Paraguai. A esse respeito, Sandoval (2012) especifica que:

[...] durante o governo de *Andrés Rodríguez*, no início da década de 1990, realizou-se o primeiro “Congresso Nacional da Educação”. Este evento permitiu que diferentes agentes sociais discutissem as dimensões mais importantes do sistema educacional e concordassem com a necessidade de adotar uma nova lei para reger a educação escolar básica<sup>8</sup>. (Sandoval, 2012, p. 60, tradução nossa).

Posteriormente, durante o governo de “Juan Carlos Wasmosy”, entre os anos de 1993 e 1998, o Poder Executivo apresentou um novo projeto de Lei ao Congresso Nacional, que gerou inúmeros debates sobre diferentes propostas e culminou com a aprovação da Lei 1264/1998 (Paraguay, 1998). Ao entrar em vigor, a referida lei favoreceu a implementação dos principais eixos da reforma educacional paraguaia. Segundo Sandoval (2012), entre os eixos previstos na reforma, destacam-se: 1) a reforma da organização dos níveis do sistema educativo e alargamento dos anos obrigatórios do ensino básico (EEB); 2) a renovação do currículo; e 3) o maior investimento no sistema educacional.

Em relação ao primeiro eixo, relativo à organização e ampliação do tempo obrigatório do sistema educacional, na Lei 1264/1998 (Paraguay, 1998), ficou estabelecido que:

A nova legislação substitui o regime institucional tradicional de seis anos de ensino primário, e seis anos de ensino secundário, por um ciclo de educação inicial com a duração de três anos (cuja idade é

dos três aos cinco anos), um ciclo de ensino básico de nove anos (cuja idade varia de seis a 14 anos) e ensino médio com duração de três anos (cuja idade varia de 15 a 17 anos). Ao mesmo tempo, a referida legislação estendeu a duração da escolaridade obrigatória, do terceiro ano do ensino inicial para o nono ano do ensino básico, ou seja, do pré-escolar para o nono ano<sup>9</sup>. (Sandoval, 2012, p. 61, tradução nossa).

É possível notar que houve uma grande mudança no âmbito educacional, por ampliar o tempo de educação obrigatória para a população paraguaia. No que se refere ao segundo eixo, sobre a renovação curricular, a Lei 1.264/1998 prevê que:

A redefinição dos saberes escolares foi operada através de três “eixos transversais” incluídos nos conteúdos de família, ambiente e democracia, aprovados pelo Conselho Nacional da Reforma Educativa para todos os níveis do ensino básico e formação de professores. Estes novos conteúdos são resultados de um consenso, resultante de consultas e grupos de trabalho em que participaram especialistas de diferentes disciplinas, docentes, equipes técnicas de todo o país, investigadores e professores universitários. Com base nestes eixos definidos a nível nacional, cada instituição escolar deve adaptar o seu serviço educativo às suas situações particulares<sup>10</sup> (Sandoval, 2012, p. 61, tradução nossa).

Torna-se evidente que a participação dos especialistas de diferentes áreas foram de suma importância para a realização desse novo trabalho, que é a redefinição dos saberes na área da educação implementada a nível nacional, a qual deve adaptar-se conforme suas particularidades. Quanto ao terceiro eixo, sobre o aumento do investimento no sistema educacional, ficou estabelecido que:

A Lei de Educação propunha que o investimento público total em educação aumentasse gradativamente a cada ano. Também estabeleceu uma forma de calcular seu aumento: a definição de um percentual do Produto Interno Bruto (PIB) destinado à educação. Para garantir a aplicação efetiva dessas disposições, a Lei prevê a instituição de um sistema de responsabilidades e um convênio de financiamento entre o Estado e os diferentes setores da sociedade paraguaia, no marco da implementação da reforma educacional<sup>11</sup> (Sandoval, 2012, p. 61, tradução nossa).

Evidencia-se que no sistema educacional paraguaio houve a distribuição de responsabilidades entre os diferentes níveis de administração, como o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e os serviços educacionais departamentais. Para Sandoval (2012), a Reforma visava dismantelar os fundamentos morais do Estado herdados da ditadura de Stroessner e “democratizar” o currículo, bem como a organização institucional.

Para tanto, era necessário que se estabelecesse as funções reguladoras como: planejamento, organização, avaliação, cooperação técnica e financeira para que houvesse o progresso no sistema educacional e também a fiscalização dos estabelecimentos de ensino. Porém, mesmo estabelecidos pela lei da educação, tanto a organização da estrutura social, quanto a organização da economia continuou com as mesmas desigualdades sociais, fator que levou o Estado a buscar uma maneira de realizar campanhas ideológicas a fim de promover a escolarização das crianças como meio de resolver os problemas sociais à curto prazo. Nesse sentido, é possível afirmar que “a democratização da educação foi mal compreendida: foi definida como ampliação do acesso ao sistema educacional e não como redução da diferença de oportunidades de sucesso educacional entre as classes sociais<sup>12</sup>” (Sandoval, 2012, p. 63, tradução nossa).

O referido autor argumenta que “A reforma deixou de lado o problema das desigualdades educacionais, inclusive sociais, quando esta constitui um dos principais dilemas de um modelo educacional verdadeiramente democrático<sup>13</sup>” (Sandoval, 2012, p. 63, tradução nossa).

Portanto, a implementação da Reforma educativa de 1994, busca aumentar a qualidade, a equidade, a eficiência e o acesso à educação, além de modernizar a administração do sistema educacional.

A partir do exposto sobre a reforma da educação, ressalta-se que a pesquisa teve por objetivo analisar o contexto histórico e político que resultou na reforma educacional do Paraguai, ocorrida em 1994, a fim de melhor entender a educação paraguaia na atualidade, destacando as mudanças ocorridas a partir da reforma mencionada.

## **METODOLOGIA**

Para a realização dessa pesquisa, inicialmente foi feito o levantamento bibliográfico e, embora tenha sido desafiador acessar as publicações sobre a educação escolar paraguaia, foi possível encontrar alguns artigos importantes, como de Rivarola (2000), Sandoval (2012), Roesler (2014; 2017), Afonso (2017), Lopes e Gonçalves (2023) e Alvez (2023), que muito contribuíram para a melhor compreensão da temática investigada.

O estudo realizado é de natureza qualitativa, pois têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno (Gil, 2008), que no caso desse estudo refere-se à reforma educacional do Paraguai ocorrida em 1994, o qual foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e de campo.

A pesquisa empírica foi realizada presencialmente na cidade de Assunção, capital paraguaia, por meio da gravação de entrevista com uma profissional, aqui identificada como Gestora PY<sup>14</sup>, que trabalhou durante muitos anos no Ministério da Educação e Ciência (MEC) do Paraguai e que atuou ativamente no processo de reforma educacional ocorrida na década de 1990.

Os relatos da Gestora PY sobre a reforma educacional foram muito relevantes, e então sentiu-se a necessidade de melhor entender essa realidade, visto que o Paraguai é um país que faz fronteira com o Brasil, mas que tem cultura, costumes, linguagem, etc., diferentes do nosso país.

Os dados obtidos, mediante a gravação da entrevista, foram traduzidos para a língua portuguesa, posteriormente foram revisados, organizados e analisados, resultando na realização do presente estudo, como pode ser observado na sequência.

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante a pesquisa de campo na capital paraguaia, foi gravado uma entrevista com uma professora que atualmente ocupa a função de diretora do Departamento de Crianças e Adolescentes (DCA) da cidade Asunción, mas que na década de 1990, trabalhou no Ministério da Educação do Paraguai, desempenhando diversas funções. Entre essas funções, ela exerceu o cargo de diretora geral da educação inicial e educação básica entre os anos de 2008 a 2012.

Na entrevista, a gestora educacional relatou diversos aspectos relevantes ocorridos no contexto da reforma educacional de 1994. Ela menciona, por exemplo, que antes de acontecer a reforma educacional, predominou no país a ditadura militar por três décadas e meia, ou seja, “do ano de 54 a 89”, contexto em que “a educação não era para muitos, não era para muita gente” (Gestora PY).

De acordo com Afonso (2017, p. 37), a “ditadura Stroessner no Paraguai (1954-1989)”, resultou em quase 35 anos de governo autoritário e influenciou inclusive na área da educação. Assim, o incentivo ao patriotismo e ao nacionalismo foram características marcantes na educação durante o governo Stroessner, as quais foram fortalecidas com a adoção de um enfoque mais tecnocrático, que redefiniram os objetivos da educação paraguaia.

Se o contexto político influenciou a educação do Paraguai durante a ditadura militar, com o fim do período autoritário não foi diferente e, então, as mudanças ocorridas influenciaram diretamente no contexto educacional, sobretudo devido a alteração da Constituição Federal no início da década de 1990, como pode ser observado no seguinte relato da gestora entrevistada:

Bom, foi se modificando a constituição nacional nesse período. Fica para trás a Constituição da ditadura e é aprovada uma nova constituição, que declara a educação escolar básica como gratuita e obrigatória, em 92. Acredito que a constituição anterior já falava da obrigatoriedade da educação primária, isso na época da ditadura, eu entendo assim. Mas depois passou a cobrar, com mais força e com maior ênfase, no sentido política pública e das resoluções da nova constituição de 92, a educação primária a escola básica obrigatória. (Gestora PY).

O fim da ditadura militar no Paraguai abre caminho para um período de grandes transformações no país, pois além da aprovação da Constituição Federal em 1992, o início daquela década é marcado por mudanças educacionais democráticas. Nesse cenário, a Gestora PY recorda que “Entre os anos 90 e 91, foi trabalhado no Congresso

uma consulta popular e foi pesquisado o que a gente queria, aqui no Paraguai, em matéria de educação, então foi realizado diagnóstico, por meio de consulta, e foi isso que gerou a reforma”.

É interessante notar que as afirmações de Roesler (2017), sobre a realização de um diagnóstico, para entender qual era a real situação da educação do Paraguai, antes de iniciar uma reforma, é confirmada pela Gestora PY, que acrescenta sobre a consulta realizada: “Participavam professores, gestores, equipes, dirigentes, os pais e as mães, em geral a cidadania. Na verdade, participava a sociedade civil, as organizações estaduais, porque foi aberto ao público”.

Foi a partir dessa iniciativa, marcada pela democracia e participação da população, que se inicia o processo de reforma educacional no Paraguai, que resultou em muitas mudanças no país, como recorda a Gestora PY: “Desde o ano de 1994, se inicia fortemente às reformas educacionais, para a implementação da nova grade curricular”. Tratava-se de “um novo plano mais adequado com as reformas democráticas do nosso país, porque estávamos saindo de uma ditadura militar no Paraguai, desde o ano de 1989. Portanto, o primeiro setor que iniciou às reformas, foi a educação, no Paraguai”.

Observa-se que, politicamente, foi uma iniciativa acertada. Um país marcado pelo autoritarismo, ao se desvencilhar das amarras da ditadura militar, inicia o seu processo de mudança, de forma democrática, por meio da educação, como propõe Paulo Freire (2000, p. 67): “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda”. É por acreditar no potencial da educação que o Paraguai inicia as reformas pelos caminhos da educação e a Gestora PY se recorda de sua participação nesse processo.

[...] iniciou-se o projeto efetivamente, de novos planos curriculares, entre 93 e 94. Então, eu começo a trabalhar no MEC em 95, no projeto de melhoramento da educação secundária, mas que basicamente consistia em inovar a transição do ciclo básico para a secundária, que era o primeiro, segundo e terceiro ano. Passava a formar parte da educação básica: o sétimo, o oitavo e o nono ano. Essa foi a parte estrutural da reforma educacional no novo sistema (Gestora PY).

Em relação às ações desenvolvidas, a Gestora PY afirma que no tempo em que esteve trabalhando no MEC, perceberam às condições precárias em que as escolas se encontravam, e por esta razão começaram a desenvolver um trabalho para melhorar a formação docente, priorizando, sobretudo, a qualidade. Assim sendo, a Gestora PY relata: “Encontramos escolas muito deterioradas, especialmente na área rural, muito marginalizada, muito defasada, desprotegida e com muitas necessidades de condições materiais”, por esta e por muitas outras razões houve a necessidade de procurar uma forma de agir, a qual a gestora ressalta:

[...] trabalhamos no projeto que se chama Escola Viva, que pretendia tirar as pessoas de suas amarras, do comodismo, para começar a formar equipes de trabalho, dialogar com as pessoas para trazer

elas para a vida escolar, para trabalhar de maneira prática com as crianças, ter mais participação juntamente com os pais, com as mães, com os avós, dando a atenção ao contexto social que naquele momento era muito complicada (Gestora PY).

Evidencia-se que houve a preocupação com a formação educacional, inclusive dos profissionais da educação, mediante o projeto Escola Viva, em que se valorizava o ensino e a aprendizagem por meio de atividades práticas. Em relação à formação e prática docente, Peres (2001, p. 73) assevera que “a formação docente é um processo contínuo”, que deve “refletir a dinâmica do conhecimento, intrinsecamente vinculada à dinâmica do processo social”. Desta forma, entende-se que o professor deve considerar a sua prática de forma individual e coletiva, para que possa trabalhar de acordo com a realidade da sociedade em que está inserida. Sobre essas questões, a Gestora PY argumenta:

Tentamos criar oportunidades e condições para que os professores pudessem trabalhar, pensar juntos, conhecer a comunidade, saber o que estava acontecendo, porque vinham de uma prática totalmente contrária. Aqui tem um ditado que diz ‘cada professor com seu livrinho’, era isso que acontecia. Então, quando chegamos, encontramos escolas totalmente divididas dissociadas, alheias à realidade (Gestora PY).

Nesse cenário, sentiu-se a necessidade de ampliar o financiamento educacional e então a Gestora PY recorda uma experiência importante, vivenciada por ela, quando trabalhava no Ministério da Educação. “No ano 2000, eu passei a acompanhar outra experiência muito interessante com o financiamento do BID [Banco Internacional de Desenvolvimento], acompanhei a implementação de um programa de apoio, de fortalecimento da reforma educativa na escola básica”.

A reforma educacional no Paraguai foi pensada, elaborada e fundamentada na perspectiva de “educação para todos”, entendida como um direito de cada pessoa e um bem social que o Estado deve garantir a toda a população. Para atender a esse propósito, é preciso haver investimento e, nesse sentido, Alvez (2023) ressalta que é responsabilidade do Estado garantir o direito de acesso e permanência na educação escolar. Além disso, é preciso que o Estado crie oportunidades iguais de acesso ao conhecimento, garantindo a todas as pessoas os “benefícios da cultura humanística, artística, científica e tecnológica, sem discriminação alguma” (p. 130). O autor acrescenta que “o Paraguai recebeu financiamento do Banco Mundial e do BID, para impulsionar e materializar os projetos e programas destinados à educação básica escolar”. Logo, a “reestruturação educativa encaminhada naquele momento histórico foi marcada por empréstimos dos organismos internacionais destinados para a universalização da educação” (Alvez, 2023, p. 230).

A Gestora PY declara que, a partir de 2008, quando ela assumiu a direção geral das grades escolares básicas no MEC, foram dadas continuidade na implantação dessas reformas, sendo universalizadas algumas linhas no âmbito das escolas públicas. Ela



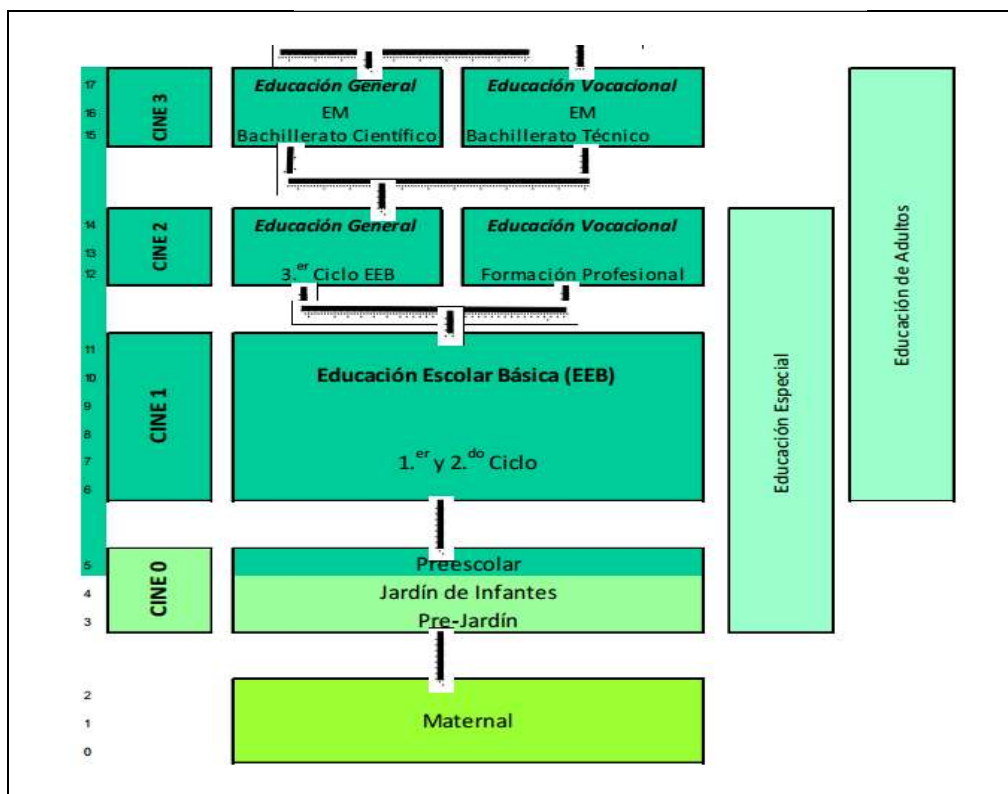
analisa que, apesar de todo o contexto histórico que a ditadura trouxe para o país, após a reforma educacional, ocorrida na década de 1990, o balanço é considerado positivo e muito significativo para a população paraguaia. Isso porque muito mais crianças começaram a ter acesso à escolarização, praticamente o dobro, se comparado ao período da ditadura. A Gestora PY afirma que, se no contexto ditatorial, 50% das crianças frequentavam a escola, após a reforma educacional, entre os anos 2000 à 2010, quase 90% tiveram acesso à educação escolar. Porém, em algum momento houve diminuição nesses números, mas considera que houve muita cobertura educacional após a reforma, devido as ações e investimentos implementados.

É possível notar, segundo os relatos da Gestora PY, que as mudanças educacionais ocorridas no Paraguai foram importantes para garantir a implementação da democracia, e da ampliação do acesso à educação escolar. Para Yamanaka e Gonçalves (2023, p. 73), foi a partir da reforma do sistema educacional paraguaio que a educação no país ganhou um “novo significado, constituindo, assim, um caminho para a democracia e a igualdade de toda a população”.

Sobre a organização da educação no Paraguai, após a reforma educacional, os relatos da Gestora PY confirmam o que as pesquisas e documentos oficiais apontam sobre a estrutura vigente no país.

A primeira etapa da reforma engloba a Escola Básica, desde o 1º ano até o 9º ano, de 5 a 13 anos de idade. Esse segmento [ou etapa] do sistema de ensino é obrigatório. Em 2010 se declara a gratuidade da Educação Média e Educação Inicial. Maternal e jardim de infância, passam a ser gratuitas não são obrigatórias, mas sim gratuitas.

De acordo com Lopes e Gonçalves (2023), o nível inicial da educação escolar do Paraguai compreende o maternal, o jardim e a pré-escola. O primeiro ciclo inclui as turmas de 1ª a 3º grado, já o segundo ciclo corresponde as turmas de 4º a 6º grado. O terceiro ciclo é composto pelas turmas de 7ª a 9º grado. O nível educacional, correspondente ao ensino médio no Brasil, é denominado de bacharelado científico e bacharelado técnico. Cabe salientar que a Educação Escolar Básica, obrigatória no Paraguai, inclui a pré-escola, para crianças de 5 anos, até os cursos de Bacharelado, para alunos de 15 a 17 anos, como pode ser observado no Quadro 1 abaixo.

**Quadro 1-** Níveis da educação pública do Paraguai.

Fonte: Lopes e Gonçalves (2023, p. 4).

Evidencia-se, por meio do Quadro 1, que o Cine 0, Cine 1 e Cine 2, assim como as idades equivalentes a cada ciclo, correspondem ao Primeiro Nível da Educação Pública Paraguaia. Outro aspecto importante é que houve uma atualização nessas divisões, uma vez que o nível inicial, correspondente à educação infantil no Brasil, inclui o maternal 2, maternal 3, jardim e pré-escola. O primeiro ciclo corresponde ao primeiro grau, segundo grau e terceiro grau. O segundo ciclo corresponde ao quarto grau, quinto grau e sexto grau. Fazem parte do terceiro ciclo da educação básica o sétimo grau, oitavo grau e nono grau. O denominado bacharelado corresponde ao primeiro ano, segundo ano e terceiro ano do que seria o ensino médio no Brasil.

Após se passar quase três décadas, após a reforma educacional do Paraguai ocorrida em 1994, a Gestora PY reconhece que “o desafio segue sendo a qualidade da educação, esse continua sendo o principal objetivo. Houve muita melhora, mas não o suficiente ainda”. Entre as melhoras e avanços, ela destaca: os avanços nos materiais pedagógicos disponibilizados pelo Ministério da Educação; o maior investimento na formação docente; a consolidação da democracia; entre outros. Sobre esses avanços e desafios, Roesler (2014, p.11) destaca: “iniciam-se novas maneiras de convivência,

partindo da proteção aos direitos dos indivíduos em um ambiente crítico, pluralista e participativo.” O autor argumenta que “a reforma educacional objetivava mudanças profundas, introdução de novas teorias de acordo com a realidade social instalada, ou seja, preparar os indivíduos para que possam conviver com uma forma social chamada democracia”.

Por fim, a Gestora PY faz a seguinte análise sobre a reforma educacional ocorrida no Paraguai em 1994: “eu acredito que o balanço é positivo, muito significativa na escola básica, no sistema educativo, se levarmos em conta a história, a ditadura e tudo que isso trouxe na formação da nossa gente, dos nossos cidadãos”.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo em vista que essa pesquisa teve como objetivo analisar o contexto histórico e político que resultou na reforma educacional do Paraguai, ocorrida em 1994, a fim de melhor entender a educação paraguaia na atualidade, destacando as mudanças ocorridas a partir da reforma mencionada, após o estudo realizado, foi possível perceber que houve muitos avanços.

Entre os anos de 1954 e 1989, predominou a ditadura Stroessner no Paraguai e o início da década de 1990 foi marcada por muitas mudanças, sendo iniciadas pela área da educação, com a reforma educacional. Assim, a pesquisa de campo foi essencial, para entender essas questões, devido a oportunidade de gravar entrevista com uma profissional, a Gestora PY, que, naquele contexto, trabalhou no Ministério da Educação e Ciência (MEC) e participou ativamente no processo da reforma educacional. Com base nos seus relatos, observa-se que a reforma trouxe mudanças, mas também muitos desafios, pois o objetivo era promover a educação para todas as pessoas de forma democrática.

Com base nesses pressupostos, a Gestora PY aponta que se no contexto ditatorial cerca de 50% das crianças frequentavam a escola, após a reforma educacional esse número quase dobrou, chegando a praticamente 90% do total. Porém, com o tempo, esse número acabou diminuindo um pouco, evidenciando que, mesmo que ocorra os avanços, nem sempre é possível garantir a permanência, pois depende de muitas políticas e iniciativa governamentais voltadas para a área da educação.

Desta forma, acrescenta-se que a qualidade da educação continua sendo um grande desafio naquele país, mas, diante dos avanços, pode-se dizer que, com base nos relatos da Gestora PY, houve muitas melhoras no sistema educacional, como o investimento em materiais pedagógicos por parte do MEC, a preocupação com a formação dos professores, a qualidade de ensino, entre outros.

A partir da realização desse estudo, é possível afirmar que a reforma da educação de 1994 no Paraguai foi pensada e elaborada para que todos pudessem ter acesso à educação escolar de qualidade. Evidentemente, o desafio foi enorme, por estarem saindo de uma ditadura e entrando em um processo da reforma, mas é notória a preocupação de elaborar novas estratégias, criar oportunidades e condições para que os professores pudessem trabalhar e se qualificar profissionalmente.

Por fim, reafirma-se que o resultado das mudanças, ocorridas após a reforma educacional paraguaia em 1994, foram enormes, tanto por superar o regime autoritário existente naquele país, quanto por ampliar o acesso à educação escolar de maior

qualidade à toda a população, de forma a contribuir com a efetivação da democracia predominante no Paraguai na atualidade.

Artigo recebido em: 15/04/2025  
Aprovado para publicação em: 08/10/2025

---

#### PARAGUAY'S EDUCATIONAL REFORM IN 1994: AN EDUCATIONAL MANAGER'S PERSPECTIVE

**ABSTRACT:** This research aimed to analyze the historical and political context that resulted in the educational reform in Paraguay, which took place in 1994, in order to better understand Paraguayan education today, highlighting the advances and setbacks that have occurred since the aforementioned reform. The empirical research was conducted through a recorded interview with a professional, identified here as Manager PY, Who actively participated in the educational reform process in Paraguay in the 1990s. The results show that there were no setbacks, but rather advances, as the Ministry of Education and Science (MEC) sought to develop new strategies and create conditions so that teachers would have access to training and could work towards prioritizing the quality of education and, above all, contributing to the consolidation of democracy.

**KEYWORDS:** Education Reform; Democracy; Paraguayan Education.

---

#### LA REFORMA EDUCATIVA DE PARAGUAY EN 1994: LA PERSPECTIVA DE UN GESTOR EDUCATIVO

**RESUMEN:** Esta investigación tuvo como objetivo analizar el contexto histórico y político que dio origen a la reforma educativa en Paraguay, ocurrida en el año 1994, con el fin de comprender mejor la educación paraguaya en la actualidad, destacando los avances y retrocesos ocurridos desde la mencionada reforma. La investigación empírica se realizó a través de la grabación de una entrevista a un profesional, identificado aquí como Gerente PY, quien participo activamente del proceso de reforma educativa en Paraguay en la década de 1990. Los resultados muestran que no hubo retrocesos, sino avances, pues el Ministerio de Educación y Ciencias (MEC) busco desarrollar nuevas estrategias y generar condiciones para que los docentes tuvieran acceso a la formación y pudieran trabajar en pos de priorizar la calidad de la enseñanza y, sobre todo, contribuir a la consolidación de la democracia.

**PALABRAS CLAVE:** Reforma Educativa; Democracia; Educación Paraguaya.

---

#### NOTAS

1- Este projeto teve apoio financeiro da Fundect, TO número 015/2024.

2- *"Desde 1991, la reforma educativa se ha venido desarrollando con continuidad aunque con periódicos altibajos. En su transcurso son varios los actores que participaron en la misma con diferentes grados de intensidad, sentido y aportes".* (Rivarola, 2000, p. 15).

3- *"La identificación de tales actores, sus características e intereses revisten una singular importancia en el curso que adquirió la reforma educativa, su ritmo de progresión y grado de profundización* (Rivarola, 2000, p. 15)".

4- *"Una característica resaltante de la transición política que se inició en 1989 fue la reforma educativa. A diferencia de la mayoría de los países de la región que en las últimas décadas han puesto en marcha procesos de reforma educacional, el caso paraguayo se distingue por darse dicha iniciativa con el trasfondo de un largo ciclo autoritario. En tal contexto, la idea de democratización tuvo una presencia gravitante tanto en la construcción de un nuevo sistema educativo como en el papel central que la sociedad atribuyó a la educación en el sentido de fortalecer el proceso de institucionalización democrática y la formación de una nueva ciudadanía".* (Rivarola, 2000, p. 5).

5- *"En ese orden, uno de los ejes centrales de la reforma educativa paraguaya ha sido el de la educación en valores, la que refleja con claridad su objetivo de afianzamiento de una cultura democrática y de una capacidad para asumir con suficiente competencia los requerimientos que surgen de la creciente globalización. En ese orden, la reforma paraguaya insiste en igual medida en lograr una educación que permita que cada ciudadano adquiera la competencia para insertarse al cambiante y complejo mundo del trabajo".* (Rivarola, 2000, p. 5).

6- *"El incremento del número de individuos que acceden al sistema educativo oculta el problema de la calidad de la enseñanza y de las desigualdades de desempeño entre las clases sociales".* (Sandoval, 2012, p. 59).

7- *"Esto nos lleva a interrogarnos sobre la pertinencia de los cambios institucionales ante condiciones sociales para la educación que son similares a las que estuvieron vigentes durante el régimen político autoritario".* (Sandoval, 2012, p. 59).

8- *"[...] durante el gobierno de Andrés Rodríguez, a inicios de la década de los noventa, tuvo lugar el primer "Congreso Nacional de Educación". Este evento permitió a diferentes agentes sociales discutir las dimensiones más importantes del sistema educativo y acordar la necesidad de adoptar una nueva ley para regir la educación escolar básica".* (Sandoval, 2012, p. 60).

9- *"La nueva legislación reemplaza el esquema institucional tradicional de seis años de escuela primaria y de seis años de escuela secundaria, por un ciclo de educación inicial de una duración de tres años (cuya edad es de tres a cinco años), un ciclo de educación escolar básica de nueve años (cuya edad va de seis a 14 años) y la educación media con una duración de tres años (cuya edad va de 15 a 17 años). Al mismo tiempo, la legislación referida extendió la duración escolar obligatoria, del tercer año de la educación inicial hasta el noveno año de la educación escolar básica, es decir, del preescolar hasta el noveno grado".* (Sandoval, 2012, p. 61).

10- *"La redefinición del saber escolar se operó a través de tres "ejes transversales" incluidos en los contenidos de familia, medio ambiente y democracia, aprobados por el Consejo Nacional de la Reforma Educativa para todos los niveles de la educación escolar básica y la formación de los docentes. Estos nuevos contenidos son el resultado de un consenso, surgido de consultas y de grupos de trabajo en los cuales participaron expertos de diferentes disciplinas, docentes, equipos técnicos de todo el país, investigadores y profesores de universidad. A partir de estos ejes definidos a nivel nacional, cada institución escolar debe adaptar su servicio educativo a sus situaciones particulares".* (Sandoval, 2012, p. 61).

11- *"La Ley de Educación propuso que la inversión pública total en el ámbito de la educación aumente, gradualmente, todos los años. También estableció un medio de calcular su incremento: la definición de un porcentaje del Producto Interno Bruto (PIB) destinado a la educación. Para garantizar la aplicación efectiva de estas disposiciones, la Ley prevé la institución de un sistema de responsabilidades y un acuerdo de financiamiento entre el Estado y los diferentes sectores de la sociedad paraguaya, en el marco de la implementación de la reforma educativa".* (Sandoval, 2012, p. 61).

12- “[...] a democratización de la educación fue mal entendida: se la definió como la expansión del acceso al sistema educativo y no como la reducción de la diferencia de oportunidades de éxito educativo entre las clases Sociales. (Sandoval, 2012, p. 63).

13- Assim, esta reforma deixou de lado o problema das desigualdades educacionais, inclusive sociais, quando esta constitui um dos principais dilemas de um modelo educacional verdadeiramente democrático.

14- Tendo em vista que a sigla do Paraguai é PY, optou-se por identificar a gestora entrevistada por Gestora PY.

---

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Bruna Reis. **O ensino de história e as versões da Guerra do Paraguai nos livros didáticos produzidos durante a ditadura militar brasileira e a ditadura de Stroessner no Paraguai (1959-1983)**. 2017. 259 f. Dissertação (Mestrado em História). Belo Horizonte, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, 2017.

ALVEZ, Andréia Vicência Victor, Pamela Caetano Gimenes. Acordos internacionais e sua influência na gestão e no planejamento educacional do Brasil e do Paraguai. **Série Estudos**, Campo Grande MS, v. 28, n. 62, jan./abr. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnica de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

LOPES, Beatriz Govea; GONÇALVES, Josiane Peres. Educação escolar do Paraguai: organização, gênero e docência masculina. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, p. 1-20, e023021, 2023.

PARAGUAY, Ministerio de Educación y Cultura. **Ley 1264/1998**. General de Educación. Asunción. Disponível em: [https://mec.gov.py/cms\\_v2/resoluciones/16-ley-12641998](https://mec.gov.py/cms_v2/resoluciones/16-ley-12641998). Acesso em: 27 jul. 2023.

PERES, Sebastião. **Formação docente contínua no contexto das reformas educacionais** - Cadernos de Educação, 2001

RIVAROLA, Domingo M. **La reforma educativa en el Paraguay**. CEPAL - Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina e o Caribe, n. 40, p. 1-31, 2000. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/5972>. Acesso em: 13 mar. 2022.

ROESLER, Patrícia S. **A educação Paraguaia: Quatro marcos históricos decisivos**. *Germinal: marxismo e educação em debate*, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 136-150, 2017. DOI: 10.9771/gmed.v9i3.23054. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/23054>. Acesso em: 11 abr. 2023.

ROESLER, Patrícia Simone. **A reforma do sistema educacional paraguaio de 1994**. XANPED SUL, Florianópolis, 2014

GONÇALVES, J. P.; SALINOS, C. D.; SOUZA, V. C. da S.

SANDOVAL, Luis Ortiz. Reforma educativa y conservación social. Aspectos sociales del cambio educativo en Paraguay. **Revista Latinoamericana de Estudios Educativos**, Distrito Federal, México, v. XLII, n. 4, p. 55-90, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27025229004>. Acesso em: 12 jul. 2023.

YAMANAKA, Jessie Ayumi.; GONÇALVES, Josiane Peres. Educação escolar do Paraguai: perspectiva de pessoas brasileiras que estudaram em escolas paraguaias. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 48, n. 1, p. 73-87, 2023.

---

JOSIANE PERES GONÇALVES: Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com Estágio Pós-Doutoral em Educação pela mesma instituição. Professora titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), vinculada aos Programas de Pós-graduação em Educação do Campus de Naviraí (PPGPE/CPNV/UFMS), da Faculdade de Educação (PPGEDU/FAED/UFMS) e do Campus do Pantanal (PPGE/CPAN/UFMS). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação (GEPDGE), vinculado à Rede Internacional América Latina, África, Europa, Caribe (ALEC). Bolsista Produtividade Fundect/CNPq. E-mail: [josiane.peres@ufms.br](mailto:josiane.peres@ufms.br)  
Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-7005-849X>

---

CASSIANE DUARTE SALINOS: Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Campus de Naviraí (CPNV). Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/Fundect. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação (GEPDGE). E-mail: [cassianeduartesalinos@gmail.com](mailto:cassianeduartesalinos@gmail.com)  
Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-0852-6193>

---

VALDELICE CRUZ DA SILVA SOUZA: Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Faculdade de Educação (FAED), com Mestrado pela mesma Instituição. Professora de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino de Sidrolândia – MS. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Desenvolvimento, Gênero e Educação (GEPDGE). E-mail: [valcsouza@gmail.com](mailto:valcsouza@gmail.com)  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3987-5256>

---

Este periódico utiliza a licença *Creative Commons Attribution 3.0*, para periódicos de acesso aberto (*Open Archives Initiative - OAI*).